

RELATÓRIO N° , DE 2008

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL (CRE) sobre a
Mensagem nº 96, de 2008 (Mensagem nº 272, de
14 de maio de 2008), que submete à apreciação
do Senado Federal a indicação do Senhor
ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO,
Ministro de Primeira Classe da Carreira de
Diplomata do Quadro Permanente do Ministério
das Relações Exteriores, para exercer o cargo de
Delegado Permanente do Brasil junto à
Organização Mundial do Comércio e a outras
Organizações Econômicas com sede em Genebra.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

Relatora “Ad Hoc” Senadora Serys Slhessarenko

A Constituição da República inclui no rol de competências privativas do Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor **ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO** - Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores - para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a outras Organizações Econômicas sediadas em Genebra.

Para tanto, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental (art. 383 do Regimento Interno do Senado), elaborou currículo do diplomata indicado, bem como análise conjuntural do posto a que se destina. Dos documentos produzidos, extraímos, para este Relatório, as informações que seguem.

Nascido na cidade de Salvador em 3 de outubro de 1957, o indicado é filho de Renato Muylaert de Azevêdo e Normisa de Souza Carvalho de Azevêdo. Graduou-se em Engenharia Elétrica na Universidade de Brasília (UnB) em 1983. Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro-Secretário em 1984, após conclusão do curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 2000; a Ministro de Segunda Classe em 2004; e a Ministro de Primeira Classe em 2007.

Na Chancelaria, exerceu, entre outras, as seguintes funções: Chefe de Delegação em diferentes Comitês da Comissão do *Codex Alimentarius* da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), de 1988 a 1991; Subchefe para Assuntos Econômicos do Gabinete do Ministro de Estado, 1995; Coordenador Nacional do Grupo de Negociação sobre Solução de Controvérsias da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), 2001; Coordenador-Geral de Contenciosos, 2001; Chefe da Delegação na Negociação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Revisão do Entendimento Setorial sobre Créditos à Exportação de Aeronaves Civis, 2005; Diretor do Departamento Econômico, 2005; Chefe da Delegação da Rodada de Negociações Multilaterais da Organização Mundial do Comércio (Rodada de Doha), 2006; Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, 2006.

No exterior, desempenhou os cargos de Primeiro-Secretário na Embaixada em Montevidéu, 1991; Presidente do Instituto Cultural Uruguai-Brasileiro, 1991; Primeiro-Secretário na Missão Permanente em Genebra, 1997.

Registrarmos, ainda, que o indicado tem atuado, de maneira superlativa, no sistema de solução de controvérsias da OMC. Ele chefiou inúmeras delegações em contenciosos com distintos países. Nessa condição, o Senhor Roberto de Azevêdo teve papel destacado na obtenção

para o Brasil de percentual de êxito incomum entre seus pares. O diplomata atuou, ainda, como painelista por indicação de outros países.

No tocante ao posto designado - Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra -, referimo-nos a algumas das considerações trazidas pelo informe ministerial de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão.

A Delegação foi criada pelo Decreto nº 6.437, de 17 de abril de 2008. Além de acompanhar os temas da OMC, ela é responsável pela atuação do Brasil na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), na União Internacional de Telecomunicações (UIT), no Grupo dos 15 (G-15), entre outros.

O Brasil integrou o grupo pioneiro de vinte e três países signatários do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1947 e foi, por igual, membro fundador da OMC. Não obstante a modéstia do peso da economia brasileira no comércio internacional, o país adquiriu ao longo dos tempos papel de liderança entre os países em desenvolvimento nas diferentes rodadas de negociação.

Destacamos, também, o desempenho do Brasil nas disputas comerciais levadas a efeito com base no Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC. O país tomou parte - como demandante, demandado ou terceira parte interessada - em 86 dos 373 contenciosos iniciados na OMC. Ficamos, assim, atrás apenas dos Estados Unidos da América, da União Européia e do Canadá. O Brasil tem recorrido ao sistema em defesa de interesses de diferentes setores da nossa economia [aeronáutico, siderúrgico, agrícola (algodão, açúcar, frango e bananas)]. A política externa brasileira tem elegido o sistema de solução de controvérsias da Organização como importante pilar de sua ação na área comercial.

Outro item relevante no contexto da OMC é a denominada Rodada Doha de negociações multilaterais lançada em 2001 no Catar. Conduzidas em diferentes instâncias negociadoras, a Rodada abrange as seguintes áreas: comércio de produtos agrícolas; comércio de produtos não-agrícolas; regras de defesa comercial (antidumping, subsídios); comércio

de serviços; regras sobre tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento; dispositivos de propriedade intelectual (inclusive relação entre patentes de medicamentos e saúde pública); e facilitação de comércio (procedimentos de administração aduaneira).

O Brasil tem tido atuação de destaque nas negociações. Nossa país protagonizou a criação do Grupo dos 20 (G-20), grupo que reúne países em desenvolvimento exportadores agrícolas (Argentina, África do Sul) e detentores de grande população rural com acentuada preocupação com segurança alimentar (China, Índia, Egito). O Grupo tem sido, desde então, responsável por melhor nível de articulação dos países em desenvolvimento e por imprimir ao processo negociador maior abrangência, com participação mais substantiva daqueles países.

Em relação às demais organizações econômicas sediadas em Genebra que se encontram sob responsabilidade da Delegação, ressaltamos que elas são majoritariamente de concertação para temas relacionados à agenda econômica internacional (cooperação Sul-Sul, ampliação de mecanismos de fortalecimento de cooperação técnica). Entre elas merecem destaque a OMPI e a UNCTAD tanto pela tradição de ambas as Organizações quanto pela sua importância como fórum multilateral legítimo para avançar pauta temática diretamente relacionada aos interesses do país.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 5 de junho de 2008.

, Presidente

, Relator